

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COABE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E SUAS PARTICULARIDADES NA CIDADE DE FORTALEZA: Em foco a questão habitacional

Maria Ercilia Mendonça Maia¹

Laura Maria Cunha²

Manoela Lelita Mendonça Maia³

RESUMO

Este artigo realiza uma reflexão sobre a questão social na contemporaneidade, com foco nas particularidades da questão habitacional da cidade de Fortaleza, Ceará. Fortaleza tem 1,1 milhão de habitantes morando em assentamentos urbanos precários, sendo eles classificados em: favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais precários e cortiços. De forma que, por volta de 40% da população vive sem as mínimas condições de habitabilidade, fazendo com que a questão habitacional seja uma das mais importantes expressões da questão social na capital cearense. Este trabalho resulta de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada no materialismo histórico-dialético.

Palavras-chaves: Questão social, Questão habitacional, Fortaleza.

ABSTRACT

This article reflects on the social issue in contemporary times, focusing on the particularities of the housing issue in the city of Fortaleza, Ceará. Fortaleza has 1.1 million inhabitants living in precarious urban settlements, classified as: slums, irregular subdivisions, precarious housing complexes and tenements. So that around 40% of the population lives without the minimum living conditions, making the housing issue one of the most important expressions of the social issue in the capital of Ceará. This work is the result of bibliographical and documentary research, based on historical-dialectical materialism.

Keywords: Social issue, Housing issue, Fortaleza.

1 INTRODUÇÃO

¹ Discente de mestrado em Serviço Social, Trabalho pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, lia.maia@aluno.uece.br

² Doutora, Universidade Estadual do Ceará (UECE), email: laura.cunha@uece.br

³ Discente de graduação em Geografia/ Licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, manu.lelita@aluno.uece.br

PROMOÇÃO



APOIO



Neste artigo, nos propomos a realizar uma reflexão sobre a questão social na contemporaneidade no Brasil e suas repercussões na cidade de Fortaleza, em especial na questão habitacional.

Como metodologia realizamos pesquisa bibliográfica a partir das seguintes obras que debatem sobre cidade e questão habitacional. Na pesquisa documental apresentamos reportagens de jornais referente à fome e as questões vinculadas ao problema de moradia, bem como o site da Campanha Despejo Zero, que vem desde junho de 2020 realizando um trabalho de monitoramento dos casos de despejos realizados tanto no campo quanto na cidade.

O debate em torno da Questão Social emergiu durante as primeiras décadas do século XIX no continente europeu, em um momento de avanço da industrialização na Europa e conseqüentemente de ampliação das desigualdades e do pauperismo.

As expressões da questão social na realidade brasileira estão fortemente relacionadas ao processo de formação social do país, que se baseou no trabalho escravo de milhares de negros por quase 400 anos.

Entre as diversas expressões da questão social no Brasil iremos nos debruçar de forma mais aprofundada na questão da habitação que, mais uma vez, voltou às manchetes dos diversos órgãos de imprensa e da mídia devido as chuvas no litoral de São Paulo, no fim de semana do carnaval de 2023, e que, segundo a Defesa Civil, deixou 4.066 pessoas desabrigadas ou desalojadas no litoral norte, em especial nas cidades de São Sebastião, Bertioga, Ilhabela, Ubatuba, Caraguatatuba, Santos e Praia Grande, ocasionando a morte de cerca de 50 pessoas. (VEJA, 2023; O GLOBO, 2023)

2 EM FOCO ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE QUESTÃO SOCIAL

A expressão questão social começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e inicialmente era comum entre os críticos da sociedade e filantropos dos mais variados espectros políticos. De forma que essa expressão surge devido



ao massivo pauperismo absoluto que a classe trabalhadora vivenciava na Europa Ocidental desde as últimas décadas do século anterior, pauperismo esse ocasionado pela implantação e avanço da indústria, em especial na Inglaterra. (Netto, 2001)

A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposta à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do trabalho livre, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais. (IAMAMOTO, 2012, p. 156, grifo da autora)

No clássico livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, Friedrich Engels nos apresenta as péssimas condições em que viviam os trabalhadores enquanto eram explorados pela burguesia.

Todas as grandes cidades têm um ou vários ‘bairros de má fama’ onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses ‘bairros de má fama’ se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se cottages e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. (ENGELS, 2010, p. 70)

Precisamos lembrar que as desigualdades e o pauperismo não são fenômenos tipicamente do modo de produção capitalista e nem tão pouco do capitalismo em seu estágio industrial, mas é nele que, “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p.42), diferentemente da fome que

durante o modo de produção feudal, estava vinculado a falta de recursos que permitissem a produção e alimentação de toda a população.

Referente à fome, o avanço da mesma no Brasil, nos últimos 4 anos, e em especial durante a pandemia de Covid-19, reforça essa análise de que, no capitalismo, o pauperismo, a miséria e a fome não estão vinculados a falta de recursos, mas a concentração do mesmo em poucas mãos, haja vista que o Brasil é o maior exportador de alimentos do mundo e em nosso país, segundo dados da Rede Penssan, 33 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar grave. (PODER 360, 2022)

Para analisar a questão social no Brasil é necessário identificar os componentes singulares da formação social brasileira que se baseou nas relações de produção escravistas.

A questão *racial* não é apenas expressão da *questão social* brasileira, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, *sustentou* a conformação do antagonismo entre classes sociais, isto é, foi alicerce da desigualdade distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro. (GONÇALVES, 2018, p. 515, grifos do autor)

Apesar de quase sempre a teoria crítica e os principais teóricos do Serviço Social considerarem a questão social no Brasil somente após a abolição da escravidão (1888) e, especialmente, vincular o seu surgimento com o início da Industrialização Brasileira, no começo do século XX (CUNHA, 2008). Nesse tocante, nos utilizamos do debate realizado por Ianni (1991), em seu artigo *A Questão Social*.

É claro que, durante a vigência do regime de trabalho escravo, havia uma questão social. O escravo era expropriado no seu produto de trabalho e na sua pessoa e sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor e os membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque e expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e de outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

social estava posta de modo aberto, transparente. (IANNI, 1991, p. 3, grifos nossos)

Ao optar pelo debate da questão social no Brasil, a partir da análise de Ianni (1991), fazemos por considerar impossível debater as diversas expressões da questão social sem levarmos em conta o racismo estrutural que compõe as relações de poder nas diversas esferas da vida brasileiras nos últimos 500 anos.

O racismo só pode ser compreendido como relação de poder, estruturado por dentro das instituições sociais, e sua superação não se faz sem a reforma destas. Racismo é uma relação que se estrutura política e economicamente. Desse modo, a raça ganha centralidade como variável presente na produção e reprodução das desigualdades sociais e nos processos de exclusão social da população negra no Brasil. (MADEIRA, GOMES, 2018, p. 464)

Com a abolição da escravidão, em 1888, “as correntes formais deixaram de existir, mas o salto para que os(as) trabalhadores(as) negros(as) fossem reconhecidos(as) como parte constitutiva da insipiente nação brasileira tornou-se um longo e intolerável cortejo” (GONÇALVES, 2018, p. 514). Em outras palavras, os ex-escravizados eram considerados desqualificados para os novos processos de trabalho, fazendo com que o Estado brasileiro implementasse uma política de migração de trabalhadores europeus, que também tinha como objetivo realizar o branqueamento do povo brasileiro.

É importante dizer que a abolição no Brasil foi inacabada e junto dela vigoraram discursos e práticas de criminalização de conduta, como: a ociosidade, a vadiagem, a mendicância e a capoeiragem. Assim, a criminalização dos mestiços foi assumida como uma particularidade nacional. Tal fato guarda relação com os presídios abarrotados na sua maioria por negros e negras, gerando aumento de detentos tidos como os fora da lei, fora de controle, perigosos, maldosos e que representavam ameaça de violência. (MADEIRA, GOMES, 2018, p. 466)

Infelizmente ainda hoje, mas de 130 anos da “suposta” abolição, os negros ainda são visto como a “classe perigosa” que precisa ser controlada pela ação forte do estado, representado pelas ações policiais que matam diariamente jovens negros nas periferias das nossas cidades. Ao mesmo tempo que o Inquérito Nacional sobre

PROMOÇÃO



APOIO



Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Penssan, mostra que 65% dos lares chefiados por pessoas pretas ou pardas convivem com restrição alimentar de qualquer nível, enquanto entre os lares comandados por pessoas brancas esse número é de 47,8% (OXFAM BRASIL, 2022).

3 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO COMO UMA DAS PRINCIPAIS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE.

Com o surgimento do capitalismo, a cidade passa a ser um elo essencial para o funcionamento da nova ordem de poder que surgiu com o declínio da sociedade feudal, essa cidade, que volta a ter papel marcante desde a queda do Império Romano por volta do Século V, se transforma no principal motor da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII.

Com o advento da Industrialização que ocorreu comunitariamente com a expulsão ou a fuga de milhares de trabalhadores do campo por não terem condições de permanecer lá, sem lugar para viver e sem acesso aos meios de produção, esses milhares de camponeses tinham como única possibilidade para sustentar a si mesmo e a sua família vender sua força de trabalho que, no capitalismo, tinha sido transformada em mercadoria.

Expulsos da terra, os camponeses e suas famílias não somente perderam o seu lugar de viver, mas também o acesso aos meios de produção. Assim, a única possibilidade que restou foi ter sua força de trabalho vendida como mercadoria.

Sobre a relação entre a expansão das cidades e a Revolução Industrial, Engels (2010) confirma a importância das grandes indústrias no aparecimento de novas cidades:

[...] grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação; eles devem morar próximos e juntos – e por isso onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue a vila. [...]. Assim, da vila nasce uma pequena cidade e de pequena, uma grande cidade. Quanto maior é a cidade, maiores são as

vantagens que ela oferece. Surgem ferrovias, os canais e as estradas; [...] Daí o crescimento extraordinariamente rápido das grandes cidades industriais (...) e toda fábrica nova construída no campo traz em si o embrião de uma cidade industrial. (ENGELS, 2010. p. 64-65)

As cidades sempre foram espaços de contradições, de lutas e de resistências. Raquel Rolnik (1989) nos apresenta os impactos das políticas de higienização das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ainda no final do século XIX, e como esse processo impactou fortemente os locais onde os negros moravam. (ROLNIK, 1991; GONÇALVES, 2018). Portanto a cidade de São Paulo já “se configurou um padrão de segregação urbana marcado por uma espécie de zoneamento social: os ricos abandonaram a contiguidade dos sobrados do Centro da cidade para desenhar um espaço de privacidade e exclusividade burguesa. Assim, novos loteamentos foram surgindo em áreas de antigas chácaras, abrigando palacetes neoclássicos circundados por muros e jardins”. (ROLNIK, 1991, p. 6)

No início do século XX, durante o governo do engenheiro Pereira Passos, a cidade do Rio de Janeiro passou por uma intensa reforma urbana que ficou conhecida como “bota-abaixo” e que mexeu principalmente com a área central e região portuária, e tinha entre seus objetivos expulsar as chamadas “classes perigosas” (em sua maioria, ex-escravizados). Mas, essas pessoas precisam ter um local para viver, para morar e, no caso da cidade do Rio de Janeiro, as classes populares passaram a construir suas moradias nos mais diversos morros da cidade.

Porém, o problema dos mais pobres não terem onde morar não aconteceu apenas no Rio de Janeiro, mas foi, e ainda é, um fenômeno das grandes cidades brasileiras, como é o caso também da cidade de Fortaleza.

A expansão da produção e do comércio de algodão ocasionado pela Guerra de Secessão, entre 1861 e 1865, ocorrida nos Estados Unidos da América, fez surgir uma demanda internacional por esse produto, fato fundamental para o crescimento da cidade de Fortaleza, com o fortalecimento da sua economia. (SILVA, 1992; MAIA, 2016)

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Outro aspecto que foi fundamental para a expansão de Fortaleza, se deu através da expansão ferroviária que possibilitou a ampliação da função comercial da cidade, ao mesmo tempo que fortaleceu a relação entre Fortaleza e o interior do estado. (SILVA, 1992; CUNHA, 2014)0

Entre 1880 e 1925, Fortaleza vivenciou um período chamado *Belle Époque* (belos tempos), onde foram aprofundadas “medidas e ideias higienistas, moralistas e civilizatórias, com a cidade marcada por sucessivas ações de higienização, embelezamento e também de tentativas de ‘civilização’ e controle da população mais pobre” (IACOVINI, 2017, p. 63), assim como também foi um momento de expansão cultural da cidade, com a Academia Cearense de Letras (1894) e a Padaria Espiritual (1911).

Durante as décadas de 1920 e 1930 ocorreu um processo de expansão da cidade através do surgimento de novos bairros como o Outeiro (atualmente Aldeota). Se, por um lado a cidade se tornava cada vez mais desigual, pois, enquanto a elite, formada por comerciantes e industriais, construía seus palacetes, também surgiam às primeiras favelas, entre elas: Cercado de Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papequinho (1950) entre outras. (SILVA, 1992; IACOVINI, 2017).

Iacovini (2017), nos mostra que a concentração fundiária e imobiliária na cidade de Fortaleza é um fenômeno que ocorre desde o início do século XIX, e que, naquela época, a terra já fazia parte do patrimônio dos mais ricos da cidade. Mas o autor não nos alerta que foi a partir do início do séc XX que os grandes donos de terras na cidade passaram a comandar o planejamento e a produção do espaço urbano de Fortaleza através dos loteamentos, que explicitavam a importância do mercado fundiário e imobiliário que continuava se concentrando em pouquíssimas mãos.

Enquanto a propriedade fundiária e imobiliária de Fortaleza se encontrava nas mãos de poucas famílias, o Estado do Ceará sofria com grandes secas como

PROMOÇÃO



APOIO



as de 1877 a 1879, de 1915 e 1932, fazendo com que milhares de retirantes se deslocassem em busca de melhores condições de vida.

Sem trabalho, parte dos camponeses dirigiu-se para as cidades litorâneas, particularmente para Fortaleza, que se ‘tornava a metrópole da fome’. Os migrantes (geralmente formados por moradores, vaqueiros, pequenos proprietários, comerciantes falidos, indigentes urbanos, homens, mulheres e crianças) ocupavam praças, ruas, calçadas, o Passeio Público com suas barracas sob as árvores (eram chamadas de ‘palhoças’). (CUNHA, 2008, p. 68)

A chegada dos migrantes que deixavam o interior em busca de trabalho e melhores condições de vida se intensificaram entre 1940 e 1970, tendo um saldo migratório na ordem de 400.000 pessoas. O crescimento populacional de Fortaleza está diretamente ligado à formação de diversas favelas (ou vila marginal, que era o termo utilizado por toda a cidade, de forma que, segundo estudo realizado pela Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – SUDEC, em 1970, existiam 73 vilas marginais, que totalizavam 37.078 domicílios e tinham aproximadamente 223 mil pessoas. (IACOVINI, 2017)

Os moradores das favelas, em sua maioria, eram migrantes do interior do Estado que chegavam “a Fortaleza em busca de melhores oportunidades de trabalho para constituir a grande massa de subempregados e desempregados, tendo em vista que a oferta de empregos era bastante inferior à demanda”, devido a sua baixa escolaridade, sendo majoritariamente analfabetos, o que dificultava a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. (SOUZA, 2009)

Quanto às atividades ocupacionais dessa população, verifica-se que parte dedica-se às atividades artesanais, tais como bordados, rendas, artefatos de palha etc., ou ao pequeno comércio na própria habitação. São as pequenas vendas ou ‘botequins’. (SOUZA, 2009, p. 54)

A partir de 1972, a Prefeitura Municipal de Fortaleza iniciou os primeiros programas de desfavelização que foram implementadas pela Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSS) e se fundamentava na necessidade de realizar projetos de urbanização de Fortaleza, assim como a expansão do sistema viário. (SOUZA, 2009)

A primeira favela removida foi a então conhecida como “Trilho I”, situada no local onde hoje se localiza a Estação Rodoviária João Thomé, e sua retirada foi realizada para a construção da referida Estação. As famílias foram realocadas para o Conjunto Alvorada (Seis Bocas), que recebeu também famílias de outras favelas como a da Av. Estados Unidos, da Av. Senador Machado e do Alto da Piçarra. A partir do mesmo programa também foi criado o Conjunto Marechal Rondon (Jurema) e o Conjunto Palmeiras (Grande Messejana). (SOUZA, 2009).

Entre 1972 e 1989 ocorreu a criação de conjuntos habitacionais em Fortaleza e na Região Metropolitana que foram financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), a Companhia de Habitação do Ceará (COHAB) e as Cooperativas de Habitações (Incoops), sendo eles: José Walter (1973); Conjunto Ceará (1977); Conjunto Esperança (1981); Conjunto Timbó (1983); Jereissati (1984).

De forma que os primeiros projetos habitacionais de Fortaleza já se caracterizaram por empurrar as populações para as áreas periféricas da cidade, sem acessos a infraestrutura, reforçando o processo de segregação socioespacial. (CUNHA, 2014).

Nas décadas seguintes os projetos habitacionais continuaram a ser usados para deslocar as famílias mais pobres para as regiões mais periféricas da cidade, como foi o caso da realocação das famílias das comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba, que foram removidas para o Conjunto Habitacional Maria Tomásia. (MAIA, 2016), e de diversos conjuntos habitacionais construídos através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCM), que foram construídos em localizações sem acesso a políticas públicas básicas como saúde, educação, transporte público, entre outros. (PEQUENO; ROSA, 2015).

Apesar de diversos programas governamentais de remoção de favelas, Fortaleza “abriga quase 1,1 milhão de habitantes em assentamentos urbanos precários vivendo em apenas 11% do território municipal”. (PEQUENO, et. al., 2020, p. 6)

Segundo os dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFor, 2013), 44% dos moradores da cidade vivem oficialmente em 843 assentamentos urbanos precários, sendo eles: 622 favelas, 128 loteamentos irregulares, 48 conjuntos habitacionais precários e 29 cortiços. Ainda para o PLHISFor, dos 843 assentamentos urbanos precários, 231 estão em áreas de risco. (PEQUENO, et. al., 2020).

Ainda sobre o problema habitacional de Fortaleza, segundo os dados da Campanha Despejo Zero, Fortaleza, em 2023, possui 53 conflitos por terra, totalizando 3.634 famílias ameaçadas de remoção e 1.338 famílias que já foram despejadas. Os dados da campanha se referem a conflitos por terra e por moradia, entre junho de 2020 e fevereiro de 2023. (CAMPANHA DESPEJO ZERO)

Ainda é importante destacar que a Campanha Nacional Despejo Zero – Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade, criada por movimentos e organizações sociais em junho de 2020, foi responsável por auxiliar dezenas de famílias ameaçadas de remoção e pessoas em situação de rua por todo o país durante a pandemia de coronavírus. (CAMPANHA DESPEJO ZERO)

Igualmente, segundo os dados da referida Campanha, no Brasil existem 1.198 conflitos por terra mapeados, sendo 939 casos de ameaça de despejo, 199 casos de despejo suspenso e 286 casos de despejo, com 1.031.184 pessoas atingidas. Durante o período de acompanhamento da campanha, 37.897 famílias foram despejadas, 219.076 famílias ainda estão ameaçadas de despejo, sem contar com as 58.577 famílias que estão com despejo suspenso.

Ao mesmo tempo em que “o problema habitacional não pode ser analisado isoladamente de outros processos socioeconômicos e políticos mais amplos, não obstante nele se condensar um conjunto de contradições específicas.” (KOWARICK, 1979, p. 59). Pois, o sistema capitalismo tem entre suas principais marcas a transformação do todo em mercadoria, e nas cidades esse processo de dá principalmente na transformação do solo (da terra) em mercadoria, fazendo com que, na maioria das vezes, a classe trabalhadora tenha como única opção

para morar, ocupações e/ou favelas que, em muitos casos, se encontram em áreas de risco (sobre a encosta de morros, ao lado de rios e lagoas, etc).

Segundo as estimativas do IBGE em 2019, último dado oficial, pois o censo demográfico realizado por décadas sofreu um atraso por conta da pandemia da Covid-19, foram identificados 13.151 aglomerados subnormais, áreas de habitação não regulares, localizados 734 municípios, que totalizam 13,2% dos municípios brasileiros, 5.127.747 domicílios, o que dá cerca de 7% do total de domicílios brasileiros, sendo São Paulo e Rio de Janeiro as cidades que apresentam os maiores número absolutos de domicílios em aglomerados subnormais. Lembrando que aglomerado subnormal é um conceito limitado, podendo nos fornecer dados incompletos. (IBGE, 2020)

Segundo dados que a Agência Brasil teve acesso em sua reportagem, cerca de 4 milhões de pessoas vivem em áreas de risco no Brasil, ocasionando anualmente tragédias decorrentes de fortes chuvas que ocorrem, em sua maioria, na região Sudeste por conta da grande ocupação irregular de áreas de encostas de morros, situação comum na referida região. Apesar dos dados alarmantes, as áreas de risco só tem atenção do poder público e da imprensa quando seus moradores morrem e/ou são soterrados devido a uma grande chuva (SOUZA, 2023).

4 CONCLUSÃO

Neste artigo nos desafiamos a fazer uma reflexão sobre a questão social contemporânea no Brasil, bem como a questão da habitação como uma das mais importantes expressões da questão social no país e, especialmente, na cidade de Fortaleza.

A questão social vincula-se diretamente ao conjunto de desigualdades sociais e econômicas derivadas das relações sociais capitalistas que se baseiam no caráter coletivo da produção que é apropriada de forma privada pelos donos dos meios de produção.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COABE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A questão da habitação como expressão da questão social no Brasil e em Fortaleza, vincula-se diretamente a relação entre cidade e as relações sociais de produção capitalistas, que faz com que nas cidades brasileiras, e também no mundo inteiro, os mais pobres não tenham acesso a condições mínimas de habitabilidade, que vão desde habitarem favelas e áreas de risco, até a falta de acesso à energia elétrica, sem citar a falta de acesso à equipamentos públicos como escolas e postos de saúde.

As questões vinculadas à moradia, bem como a luta pelo acesso aos bens da cidade, são temas que precisam ser debatidos com maior frequência no Serviço Social, principalmente durante a formação nos cursos de graduação. Isso se justifica porque, durante o fazer profissional, os assistentes sociais são apresentados diariamente a realidades vivenciadas por seus usuários, os quais enfrentam condições precárias de habitação, uma vez que, somente na cidade de Fortaleza, temos, pelo menos, 1,1 milhão de pessoas vivendo em assentamentos subnormais.

REFERÊNCIAS

CAMPANHA DESPEJO ZERO. Disponível em: <https://www.campanhadespejzero.org/>. Acesso em: 25 fev. 2023

CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 20, nº 1, p. 85-94, Jan-Jun 2010

CUNHA, Aurineida M. Cidade e questão social no capitalismo: em cena, Fortaleza, a Miami do nordeste. **Rev. Pol. Públ.** São Luis, v. 12, n. 2, p. 65-73, jul./dez. 2008

_____. Questão habitacional na cidade de Fortaleza: Da gênese às transformações contemporâneas no espaço urbano. In: CUNHA, Aurineida M.; SILVEIRA, Irma M. M. da. (Org). Expressões da questão social no Ceará. Fortaleza: EdUECE, 2014.p. 161-187.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe operária na Inglaterra**. São Paulo: Bointempo, 2010

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

IBGE. Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2020, Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_apresentacao.pdf. Acessado em: 15 fev. 2023

IACOVINI, Victor. **Economia política das remoções forçadas urbanas: expropriação, espoliação e exploração na produção do espaço urbano (o caso da Comunidade Aldaci Barbosa. Fortaleza/CE).** 2017. 191f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012

IANNI, Octavio. A Questão Social. **São Paulo em Perspectiva**, 5(1):2-10, Jan/mar 1991

KOWARICH, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAIA, Maria E. M. **Comunidade Aldacir Barbosa em Fortaleza: organização, luta e resistência pelo direito de morar.** 2016. 134 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará. 2016.

MADEIRA, Maria Zelma de A. e GOMES. Daiane D. de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”, In: **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Ano 2, nº3. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

O GLOBO. Veja estragos causados pelas chuvas em oito cidades mais atingidas no Litoral Norte de São paulo. **O Globo**. São Paulo, 22 fev. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/veja-estragos-causados-pelas-chuvas-em-oito-das-cidades-mais-atingidas-no-litoral-norte-de-sp.ghtml>. Acesso em 23 fev. 2023

OXFAM BRASIL. Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. **OXFAM BRASIL**. São Paulo, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de->

PROMOÇÃO



APOIO



